Proc. TC-032.505/2010-8
Município de Itatuba/PB
Tomada de Contas Especial

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator

Trata-se de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pelo Ministério da Integração Nacional (MIN) em desfavor do ex-prefeito do Município de Itatuba/PB, Sr. José Ronaldo Martins de Andrade, tendo em vista a aprovação parcial da prestação de contas do Convênio 288/2000, cujo objeto era a reconstrução de 24 unidades habitacionais e a recuperação de outras 91.

2. Na fase externa da TCE, foram citados para apresentar alegações de defesa acerca do débito resultante da execução física de apenas 34,84% das metas previstas no plano de trabalho do convênio o ex-prefeito e, a partir de considerações da Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (Secex/PB) na instrução à peça 81, a sociedade empresarial contratada pela prefeitura para execução das obras, a Construtora Gabarito Ltda.

3. À peça 121, a Secex/PB propôs, após analisar as alegações de defesa apresentadas pelos responsáveis, o julgamento pela irregularidade das contas do Sr. José Ronaldo Martins de Andrade, com condenação do ex-gestor em débito solidário com a Construtora Gabarito, além da aplicação a ambos da multa prevista no art. 57 da Lei Orgânica/TCU.

4. Foi proposta pela Secex/PB, ainda, a aplicação da multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992 ao Sr. Renato Lacerda Martins, atual prefeito do Município de Itatuba, por desatendimento, sem causa justificada, a diligência promovida nos autos pela unidade técnica.

5. Concordo parcialmente com a proposta de encaminhamento da Secex/PB.

6. Quanto à responsabilização do ex-prefeito, Sr. José Ronaldo Martins de Andrade, não tenho reparos a fazer sobre a análise e as conclusões da unidade técnica. Desde o primeiro questionamento proposto ao ex-gestor, realizado pelo órgão concedente em 18/10/2004 (ofício do MIN à peça 114 – p. 57-58), até a citação realizada pelo TCU, em junho de 2012, não foram por ele fornecidos esclarecimentos dos motivos que levaram a Prefeitura Municipal de Itatuba a repassar à Construtora Gabarito a totalidade dos recursos do convênio, mesmo com a execução tendo sido verificada *in loco* pela Caixa Econômica Federal (Caixa) de apenas 34,84% das obras de reconstrução e recuperação de casas populares.

7. Assim, deve ser rejeitada a defesa apresentada pelo Sr. José Ronaldo Martins de Andrade, com o consequente julgamento pela irregularidade de suas contas e a condenação pelo débito apurado na TCE, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no art. 57 da Lei Orgânica/TCU.

8. No caso da sociedade empresarial que se beneficiou dos pagamentos indevidos, por ter executado apenas parcialmente o objeto do convênio e recebido a integralidade dos recursos federais, verifico que não houve possibilidade para que exercitasse nesta TCE, de modo pleno, seu direito constitucional à ampla defesa e ao contraditório.

9. A Construtora Gabarito foi notificada de que estaria em débito por serviços apenas parcialmente realizados, mas integralmente pagos, em 13/6/2012 (data do aviso de recebimento à peça 87), quando tomou ciência da citação realizada por meio do Ofício 634/2012-TCU-Secex-PB, de 4/6/2012 (peça 86).

10. Considerando que o marco temporal da irregularidade cometida pela referida construtora foi consubstanciado pelos recibos às peças 27 – p. 1, datado de 3/7/2001, no valor de R\$ 133.589,94, e 28 – p. 1, datado de 16/8/2001, no valor de R\$ 126.072,65, verifica-se que houve o transcurso de mais de onze anos entre a ocorrência do dano e a primeira notificação realizada junto à Construtora Gabarito.

11. Percebe-se, desse modo, claro prejuízo à possibilidade que a sociedade empresarial teria, em meados de 2012, para esclarecer os motivos que a levaram a não executar integralmente as metas previstas no Convênio 288/2000 e que foram refletidas no eventual contrato firmado com a Prefeitura Municipal de Itatuba (a cópia do suposto contrato não foi acostada aos autos).

12. É o caso, portanto, de aplicação do que dispõe o art. 6º, inciso II, da Instrução Normativa (IN) TCU 71/2012, pois houve, no caso do questionamento proposto à Construtora Gabarito, o decurso de “prazo superior a dez anos entre a data provável de ocorrência do dano e a primeira notificação dos responsáveis pela autoridade administrativa competente”.

13. Impõe-se, em decorrência, o arquivamento da TCE apenas para essa sociedade empresarial, que se beneficia, no presente caso, da extrema lentidão da autoridade administrativa – Ministério da Integração Nacional, no caso –, que identificou a irregularidade ao final de 2001, quando foi elaborado o relatório de inspeção da Caixa (peça 114 – p. 50-55), mas somente em 8/2/2008 remeteu a TCE para a Controladoria-Geral da União (CGU), conforme documento à peça 74.

14. No que tange à aplicação da multa ao atual prefeito do município, Sr. Renato Lacerda Martins, não se fizeram presentes nos autos os motivos que levaram o gestor a não atender a diligência promovida pela Secex/PB. Assim, deve ser apenado esse responsável com fundamento no art. 58, inciso IV, da Lei Orgânica/TCU, tendo em vista ter sido alertado no ofício de diligência (peça 105) da consequência que poderia advir caso esta não fosse atendida sem motivo justo.

15. Considerando os argumentos anteriormente expostos neste parecer, este membro do Ministério Público de Contas manifesta sua anuência parcial à proposta de encaminhamento da Secex/PB, constante do item 20 da instrução à peça 121, com as seguintes alterações:

- a) excluir a Construtora Gabarito Ltda. da redação dos itens 20.1 e 20.2 da instrução;
- b) incluir item para arquivamento da TCE exclusivamente em relação à Construtora Gabarito Ltda., com base no art. 6º, inciso II, da Instrução Normativa TCU 71/2012.

Brasília, em 15 de agosto de 2013.

Sergio Ricardo Costa Caribé
Procurador